

Título:

O DUPLO NEGATIVO DO CAPITAL:

UMA LEITURA DE MARX NO SÉCULO XXI

Giovanni Alves

(Universidade Estadual Paulista/UNESP-Marília/RET - Rede de Estudos do Trabalho – Brasil)

E-mail: giovanni.alves@uol.com.br

Resumo

Nosso objetivo é propor uma interpretação da crise do capitalismo global na perspectiva da crítica da economia política de Karl Marx, concebendo o capitalismo como modo de acumulação de riqueza abstrata que se tornou “afetado de negação”. A crise estrutural de lucratividade que caracteriza o capitalismo global e que se manifesta historicamente na sua *aparência*, pelas crises de superprodução/subconsumo e desproporcionalidade, ou ainda crises financeiras; expõe na sua *essência*, o movimento da *desmedida do valor*, que, por um lado, reduz a eficácia histórica dos movimento contratendências à queda da taxa de lucro (com destaque para a desvalorização do capital constante), afirmando o caráter estrutural da crise de lucratividade; e, por outro lado, expõe as possibilidades concretas de desenvolvimento do “valor humano” (a riqueza do possível) no interior do movimento do capital como “valor econômico” (a miséria do presente).

Palavras-chave: crise, capitalismo, capital, valor, globalização

Introdução

O capitalismo global, forma histórica no interior da qual ocorre o desenvolvimento do capital em sua fase de crise estrutural, contém, em si e para si, o movimento que intitulamos *duplo negativo do capital*, a articulação dialética entre *crise estrutural de lucratividade* e *desmedida do valor*. Com a gênese e desenvolvimento do *modo de produção capitalista* na Europa Ocidental a partir do século XVI, ocorreu historicamente o “acoplamento estrutural”¹ entre a *relação-capital* e o modo de produção de mercadorias, impulsionando o desenvolvimento das forças produtivas e a formação do mercado mundial. Com a descoberta (e saque) do Novo Mundo, a expansão mercantil e a crise do modo de produção feudal, nasceu a *moderna* vida do capital. O *capital* como modo estranhado de controle sociometabólico, que precedeu o capitalismo, e o *capitalismo* como modo de produção de riqueza abstrata, passaram a identificar-se historicamente². O “acoplamento estrutural” entre a relação-capital e o novo modo de produção capitalista alterou a dinâmica da acumulação de riqueza, promovendo mudanças radicais no ecossistema humano.

O movimento do capital no século XXI coloca a necessidade histórica da humanidade ir além não apenas do *modo de produção* capitalista, mas do *sistema de metabolismo social* baseado na relação-capital, tendo em vista as contradições fundamentais entre *valor econômico* (a miséria do presente) e *valor humano* (a riqueza do possível) (Gorz, 2011). Enquanto a *crise estrutural de lucratividade* afeta irremediavelmente a produção do *valor econômico*, a *desmedida do valor* expõe contraditoriamente as possibilidades concretas de desenvolvimento do *valor humano* no interior do movimento do capital como “contradição viva”.

¹ O conceito de “acoplamento estrutural” é apropriando *cum grano salis* da Teoria dos Sistemas de Niklas Luhmann. O modo de produção capitalista, como meio, desempenhou um papel muito importante para o desenvolvimento da relação-capital. Diz Luhmann: “A Teoria dos Sistemas defronta-se com o problema de como estão reguladas as relações entre *sistema e meio*; uma vez que principalmente na estratégia teórica, a distinção sistema/meio faz referência ao fato de que o sistema já contém a forma meio. Em outras palavras: nenhum sistema pode evoluir a partir de si mesmo. Em todo processo evolutivo, a autopoiesis do sistema se reproduz e pode sobreviver à reprodução divergente oferecida pelas estruturas. É fácil entender que o meio desempenha um papel muito importante nisso; sem contar que carece de sentido perguntar o que é mais importante, sistema ou meio, já que é precisamente esta diferença que torna possível o sistema” [o grifo é nosso] (Luhmann, 2009).

² É importante salientar que *capital* e *capitalismo* são fenômenos conceitualmente distintos, como observou István Mészáros. O *capital* (ou a relação-capital) é o modo estranhado de controle sociometabólico que precedeu o *capitalismo* e também o sobreviveu, como por exemplo nas experiências históricas do “sistema capitalista pós-capitalista”, válido na URSS e no resto dos países da Europa Oriental durante várias décadas do século XX. Para Meszaros, esses países, apesar de terem uma configuração pós-capitalista, não conseguiram romper com o sistema de metabolismo social da relação-capital (Mészáros, 2001).

1. O duplo negativo do capital

O movimento do *duplo negativo do capital* é a *unidade contraditória* entre, por um lado, *crises cíclicas do capitalismo* e a *crise estrutural do capital* (como crise das “mediações de segunda ordem” da relação homem-natureza); e por outro lado, a *crise estrutural de lucratividade* e o movimento da *desmedida do valor* que expõe elementos *espectrais* de possibilidades contraditórias de desenvolvimento humano no interior do novo conteúdo material de produção da riqueza abstrata. Neste ensaio iremos nos deter na exposição da “contradição em processo” representada pela crise estrutural de lucratividade e a desmedida de valor.³

1.1 A crise estrutural de lucratividade

Embora o *big crash* financeiro de 2008 não possa ser considerado uma crise de lucratividade, tal como foi, por exemplo, a crise de 1973/1975, a acumulação predominantemente financeirizada do capitalismo global (Chesnais, 1996, 2002; Duménil e Lévy, 2014), expõe as sérias dificuldades na recuperação efetiva da lucratividade dos oligopólios mundiais desde a recessão de meados da década de 1970. Apesar da *causa aparente* da crise de 2008 ter sido financeira, a *causa essencial* pode ser considerada como sendo a *crise estrutural de lucratividade* e a persistente superprodução do capital e subconsumo que caracterizam a economia do capitalismo global (Roberts, 2016; Carchedi, 2011; Kliman, 2012; Shaik, 2016). Desde meados da década de 1980, a taxa média de lucro das corporações globais tem passado por uma lenta recuperação (alguns autores observam que a lenta recuperação da lucratividade dos oligopólios mundiais foi baseada em “lucros fictícios” do que efetivamente na recuperação da lucratividade) (Carcanholo e Sabatini, 2015).

O debate no campo marxista sobre a natureza da crise do capitalismo intensificou-se pelo menos desde a crise de 2008, opondo aqueles que consideram múltiplas as causas da crise capitalista, àqueles que salientam como determinação essencial da crise do capital, a queda da taxa média de lucros (a explicação clássica que consta no volume 3 de "O Capital"). Alguns marxistas, como por exemplo Harvey (2016) ou Heinrich (2008), consideram que Karl Marx não nos legou uma teoria das crises,

³ A exposição completa do movimento do duplo negativo do capital nas suas duas unidades contraditórias (crise cíclica do capitalismo-crise estrutural do capital/crise estrutural de lucratividade-desmedida do valor) encontra-se no livro intitulado “O duplo negativo do capital: Uma interpretação da crise do capitalismo global” (Praxis, 2018).

por isso não consideram válida a explicação causal que consta no Livro 3, atribuída a Friedrich Engels (o organizador dos volumes 2 e 3 de "O Capital"). Mesmo os autores que explicam a crise do capitalismo pela queda da lucratividade como determinação essencial, e a superprodução/subconsumo como determinações contingentes, divergem, por exemplo, sobre o que ocasiona a queda da taxa de lucros. Entretanto, de acordo com a teoria da crise do livro 3 de "O Capital", que iremos utilizar neste ensaio, a determinação *essencial* da queda tendencial da lucratividade é a pressão exercida pelo aumento histórico da composição orgânica do capital.⁴

N' *O Capital: Crítica da Economia Política*, Karl Marx procurou apreender as determinações essenciais do movimento do valor por meio da exposição, num nível elevado de abstração, da lei do valor, lei da acumulação capitalista e lei da lucratividade acumulação capitalista; e, no livro 3 (O Processo Global da Produção Capitalista), organizado por Friedrich Engels, a partir dos manuscrito de 1864-1865 deixados por Marx, expôs as determinações essenciais da lei de tendência da queda da taxa de lucro.

Desde os manuscritos de 1858-1859 (os *Grundrisse*), Marx considerava a lei da queda da taxa de lucros como sendo "em todos os sentidos, a lei mais importante da economia política moderna e a mais essencial para compreender as relações mais complicadas". Prossegue ele – numa citação longa, mas deveras importante: "Do ponto de vista histórico, [a lei da queda da taxa de lucro] é a lei mais importante [...] Para além de certo ponto, o desenvolvimento das forças produtivas devém um obstáculo para o capital; ou seja, a relação de capital devém um obstáculo para [o] desenvolvimento das forças produtivas do trabalho. Ao atingir esse ponto, o capital, i.e., o trabalho assalariado, entra na mesma relação com o desenvolvimento da riqueza social e das forças produtivas que o sistema das corporações, a servidão, a escravidão e, como grilhão, é necessariamente removido. A última figura servil que assume a atividade humana, a do trabalho assalariado, de um lado, a do capital, de outro, é com isso esfolada, e essa própria esfoladura é o resultado do modo de produção correspondente ao capital; [...] A crescente inadequação do desenvolvimento produtivo da sociedade às suas relações de produção anteriores manifesta-se em contradições agudas, crises, crises, convulsões. A destruição violenta de capital, não por circunstâncias externas a ele, mas como condição de sua autoconservação, é a forma mais contundente em que o capital é aconselhado a se retirar e ceder espaço a um estado superior de produção social" (Marx, 2011).

⁴ É importante fazer a distinção metodológica entre *determinação essencial* e *determinações aparentes*. O método dialético opera com a distinção categorial entre *aparência* e *essência*, ou ainda, *liberdade* e *necessidade* (liberdade como sendo o elemento contingencial da ação dos sujeitos que fazem a história, *mas* sob condições historicamente determinadas) (Marx, 1987).

A lei da queda de lucros é uma *lei histórica* e, portanto, *lei tendencial*. Na perspectiva histórica, dialética e materialista, não devemos desprezar as manifestações aparentes e os movimentos contingenciais da história. De acordo com a lógica dialética, a aparência é a forma de ser da essência. Por isso, o movimento de afirmação da essência se desenvolve no interior do processo de explicitação de *movimentos contratendencias* (é o que iremos tratar mais adiante). Por exemplo, a superprodução da massa de capital-dinheiro, que Marx e Engels consideraram em 1848 como a principal manifestação da crise de superprodução capitalista, representou no plano histórico, o movimento de contingência da crise de lucratividade (como determinação essencial). Do mesmo modo, crises de *subconsumo*, o outro lado das crises de *superprodução*, decorrem, em última instância, da queda tendencial da taxa de lucro (o mesmo ocorre com a *crise de desproporcionalidade*, que podem ser consideradas como manifestação aparente da crise de lucratividade) (Clark, 1994).

Desde a recessão global de 1973-1975, para se contrapor à tendência histórica de queda da taxa de lucro, o movimento do capital impulsionou um conjunto de elementos que representaram a elevação da taxa de exploração da força de trabalho (a precarização estrutural do trabalho)(Mészáros, 2001), que atuou, ao lado do crescimento do comércio global, como obstáculos à lei da tendência à queda da taxa de lucros. Entretanto, apesar do crescimento da massa de mais-valia, a relação entre o valor investido (c/v) e a mais-valia obtida, foi menos favorável para o capital produtivo. A crise crônica de superprodução/subconsumo manifestou, no plano da aparência, as dificuldades de elevar a longo prazo, a taxa média de lucro por conta da pressão decorrente do aumento da composição orgânica do capital (c/v). Esta é a tese clássica de Marx que iremos adotar neste ensaio: embora cada crise capitalista se manifeste de modo diferenciado, tendo em vista o movimento da aparência e da contingência histórica, a causalidade essencial da crise capitalista é dada pela queda da taxa média de lucro provocada pelo aumento histórico da composição orgânica do capital (Marx, 2017).

Marx observou que a *taxa de lucro* é calculada como $p' = s/c+v$, onde “s” é a massa de mais-valia, “c” é o capital constante e “v”, o capital variável. A fórmula da *taxa de mais-valia* é calculada como $e = s/v$, onde “s” é a massa de mais-valia e “v”, o capital variável. Na fórmula da taxa de lucro, dividindo ambos os termos ($s/c+v$) por “v”, encontramos as funções da taxa de lucro; isto é, Marx concluiu que p' (a taxa de lucro) é *função direta* de “e” (a taxa de mais-valia) e *função inversa* de c/v (composição orgânica do capital - Q). Para um nível determinado de “e”, p' variará em função da evolução de c/v ; ou ainda, quanto maior seja Q – composição orgânica do capital -, maior será o descenso de p' . Por exemplo, apesar do crescimento da massa de mais-valia (s) produzida pelo capital nas condições históricas do capitalismo global, devido a precarização estrutural do trabalho, a relação entre o valor investido (c/v) e a mais-valia obtida (e) será cada vez menos favorável para o capitalista.

Vejamos a seguinte passagem do Livro III de “O Capital” de Karl Marx:

“A mesma quantidade de força de trabalho tornada disponível por um capital variável de volume de valor dado, mobiliza – elabora, consome produtivamente –, em consequência dos métodos de produção peculiares que se desenvolvem no interior da produção capitalista, uma massa sempre crescente de meios de trabalho, maquinaria e capital fixo de todo tipo, matérias-primas e materiais auxiliares, no mesmo intervalo de tempo e, por conseguinte, também um capital constante de volume de valor sempre crescente. Essa diminuição relativa crescente do capital variável em relação ao capital constante [...] é idêntica ao aumento progressivo da composição orgânica do capital social em sua média. E, do mesmo modo, não é mais que outro modo de expressar o desenvolvimento progressivo da força produtiva social do trabalho” (Marx, 2017)

A “lei tendencial” de aumento da *composição orgânica do capital* desempenha um papel vital na explicação marxista das crises capitalistas. O que Marx está dizendo ao formular o aumento da composição orgânica do capital é que, a proporção de trabalho “morto” (capital constante) para trabalho “vivo” (capital variável) aumenta historicamente como resultado do progresso técnico e do desenvolvimento da produtividade do trabalhador. O aumento da composição orgânica do capital leva à queda tendencial da taxa de lucro.

Desde o “Manifesto Comunista” de 1848, Karl Marx e Friedrich Engels observaram que a burguesia não pode existir sem revolucionar incessantemente os instrumentos de produção, e por conseguinte, as relações de produção e, com isso, todas as relações sociais. O desenvolvimento histórico da produtividade social do trabalhador é uma tendência candente inelutável do modo de produção capitalista e verdade essencial do movimento do capital. O século XX, o século do progresso tecnológico, demonstrou à exaustão a afirmação de Marx e Engels. Entretanto, as leis de movimento do capital que se exprimem no progresso tecnológico, significam essencialmente que, com a “contínua diminuição relativa do capital variável *vis-à-vis* o [capital] constante”, o aumento da composição orgânica do capital (c/v) leva *tendencialmente* à queda da taxa média de lucro. Portanto, quando o capitalismo se expande e acumula capital, contraditoriamente impõe-se a tendência histórica para a lucratividade cair. As leis de movimento do capital em si e para si, levam o capital à sua própria negação – como *tendência histórica*.

Portanto, é certo que a elevação da composição orgânica do capital faz declinar a taxa de lucro, *a menos que*, em contrapartida, a taxa de mais-valia aumente suficientemente para poder contrabalançar o primeiro efeito (a determinação da luta de classes entre o capital e o trabalho). Assim, a tendência histórica implica, de modo contraditório, o movimento contratendencial que visa restabelecer o nível da lucratividade capaz de permitir um novo patamar de acumulação de capital.

Marx indicou os elementos contratendenciais à queda da taxa de lucro: a elevação da taxa de exploração do trabalho e a redução do salário abaixo do valor da força de trabalho (a superexploração

do trabalho); a expansão da superpopulação relativa e a desvalorização da força de trabalho como mercadoria; a desvalorização dos elementos do capital constante e o comércio exterior. A principal contratendência à queda da taxa de lucro por conta do aumento da composição orgânica do capital, é o aumento da taxa de mais-valia (a taxa de exploração) por meio do aumento da produtividade (a extração da mais-valia relativa) ou a superexploração do trabalho.

A verdade essencial do argumento de Marx na sua crítica da economia política é que o capital, impulsionado pela concorrência (lei do valor e acumulação do capital), ao elevar a produtividade do trabalho por meio do investimento em capital constante, coloca obstáculos à própria sustentabilidade da lucratividade. Isto pode ser contido, por exemplo, por algum tempo, pelo movimento complexo de aumento da taxa de exploração da força de trabalho como sendo o principal movimento contratendencial à queda da taxa da lucratividade, que opera – no caso do capitalismo global - desde a recessão global de 1973-1975, ao lado de movimentos contratendências como a desvalorização de elementos do capital constante (capital fixo e capital circulante), o imperialismo e a expansão do comércio exterior⁵.

Entretanto, à medida que se eleva historicamente a composição orgânica do capital, a taxa de lucro se torna progressivamente *menos sensível* às variações na taxa de mais-valia. Não apenas uma elevada composição orgânica do capital origina um possível lucro menor, como, ademais, torna as variações na taxa de mais-valia menos eficiente como estratégia para sustentar a taxa de lucro num certo patamar. Portanto, se houver, de fato, uma elevação secular na composição orgânica do capital, então, ainda que a taxa de mais-valia também se eleve, torna-se cada vez menos provável que isso possa compensar – por si só – o efeito declinante da elevação da composição orgânica do capital. É, pois, perfeitamente lógico admitir que as elevações na composição orgânica do capital devem atuar como um obstáculo significativo ao processo de valorização do capital.

Embora a lucratividade nas economias capitalistas centrais tenha se recuperado desde meados da década de 1980, a recuperação *não* atingiu de forma alguma os patamares dos “trinta anos dourados” do capitalismo (1945-1975). É a criação de lucro que torna possível o investimento produtivo. Na medida em que a taxa de lucratividade se manteve num patamar inferior àquele do pós-guerra, verificou-se um declínio na taxa de acumulação de capital (investimento produtivo), e por conseguinte, queda do emprego e renda do trabalho, aumento da especulação financeira (a superprodução da massa

⁵ O movimento complexo de aumento da taxa de exploração da força de trabalho é constituído por vários processos de cunho tecnológico-organizacional e político-ideológico que visam elevar a extração da mais-valia relativa – articulada com a mais-valia absoluta e estratégias de redução do salário abaixo do valor da força de trabalho (a superexploração do trabalho). Deve-se incluir, do mesmo modo, processo de cunho sócio-demográfico, com a expansão da superpopulação relativa (o alongamento do tempo de vida dedicado ao trabalho) contribuindo para a desvalorização da força de trabalho como mercadoria.

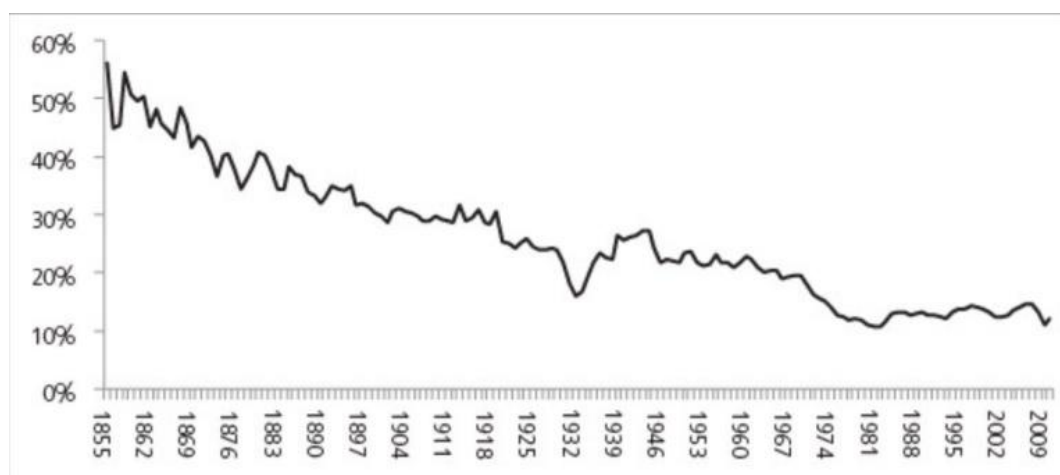
de capital-dinheiro fez com que a maior parte fosse canalizado para a esfera das finanças), o aumento inédito da desigualdade social e crescente endividamento das famílias e empresas

Podemos afirmar que, com o capitalismo global, a partir da década de 1990, a lei tendencial de queda da taxa de lucro começou a operar outra vez, criando as condições para a Grande Recessão de 2008 e a longa depressão do século XXI (Roberts, 2016). Apesar do aumento da taxa de exploração no capitalismo global, por conta do impulso à precarização estrutural do trabalho, a lucratividade nas economias capitalistas centrais não conseguiu recuperar o patamar dos “trinta anos dourados” do capitalismo do pós-guerra (1945-1975).

O gráfico 1 nos mostra a perspectiva histórica da evolução da lucratividade nos países capitalistas centrais desde 1855. É visível a queda histórica da lucratividade do capital desde 1945, embora ela tenha se estabilizado de 1946 a 1960 (o período de ascensão do capitalismo tardio). Em meados da década de 1960 verificamos novamente o movimento de queda, que se aprofunda em meados da década de 1970 (a recessão de 1973-1975). A partir da década de 1980 verificamos uma recuperação, com a taxa de lucros se estabilizando num patamar rebaixado e tendo um leve crescimento até 2000, quando volta a cair (crise da “new economy”). Devido os incentivos da política monetária do "Federal Reserve" nos EUA no começo da década de 2000, tivemos outra recuperação da lucratividade do capital, dando origem a bolha especulativa estourou em 2008, provocando a queda abrupta da lucratividade para um patamar mais rebaixado (Kliman, 2013; Brenner, 2003).

Gráfico 1

Taxa de Lucro nas Economias Capitalistas Centrais



Fonte: E. Maito Apud ROBERTS, Michael. *The Long Depression*

1. 2 *Ascensão e crise do capitalismo tardio: contratendências e deslocamentos de contradições*

Na etapa de ascensão do *capitalismo tardio* (1945-1975) constituíram-se uma série de movimentos contratendências à queda da taxa de lucro que caracterizaram a “era dourada” do capitalismo mundial: a expansão dos mercados capitalistas e o processo de industrialização da periferia do capital; o complexo industrial-militar e a desvalorização do capital constante pela aceleração de rotação do capital fixo e capital circulante; e o Estado de Bem-Estar Social ao lado os oligopolios industriais, utilizaram-se do *fundo público* como importante elemento contratendencial à queda da taxa de lucratividade, desvalorizando o capital variável por meio do salário indireto. Os capitais competitivos, sem acesso ao fundo público, recorreram à utilização do trabalho precário (por exemplo, no caso dos EUA, negros e imigrantes) (O’Connor, 1977; Harvey, 1992). De modo contraditório, o fundo público foi utilizado para financiar o progresso técnico via complexo industrial-militar, contribuindo para o aumento da composição orgânica do capital.

De 1946 a 1960, as economias capitalistas centrais tiveram um período de expansão sustentável sob a condução hegemônica dos EUA no mercado mundial. A partir de meados da década de 1960, o movimento do capital como contradição em processo, impulsionado pela concorrência no mercado mundial, fizeram operar a lei do valor. O aumento da composição orgânica do capital, as contingências históricas da luta de classes e dos conflitos políticos (e geopolíticos), pressionaram, de vez, para baixo a lucratividade, implodindo o “compromisso político” que sustentou o Estado de Bem-Estar Social.

A recessão mundial de 1973-1975 como crise de lucratividade, significou uma importante inflexão no desenvolvimento do capitalismo tardio, representando um novo patamar da luta de classe no plano global. Apesar do Estado de Bem-Estar e a utilização do fundo público terem operados na fase de ascensão histórica do capitalismo tardio, um importante elemento contratendencial à queda da lucratividade, com a etapa de crise do capitalismo tardio e a transição para o capitalismo global (1975-1989), o capital impulsionou movimentos contratendências utilizando-se da “linha de menor resistência” (as políticas neoliberais) (Meszaros, 2001).

A reestruturação capitalista de meados da década de 1970 como resposta do capital à crise do capitalismo tardio, articulou, por um lado, *movimentos contratendências* à crise histórica de lucratividade; e, por outro lado, *deslocamentos de contradições* operados pelo Estado neoliberal no interior da ordem do capital em sua fase de crise estrutural (a dominância financeira).

Os *movimentos contratendências* à queda da taxa de lucro operam no plano da acumulação do capital produtivo e da produção de valor. O principal deles é o aumento da taxa de exploração da força

de trabalho (a nova produtividade do trabalho a “fusão” entre mais-valia relativa e mais-valia absoluta) e a superexploração do trabalho (a estratégia de pagamento dos salários abaixo do valor da força de trabalho e a espoliação do fundo de consumo/fundo de vida). Mas podemos salientar também a aceleração do progresso técnico e a desvalorização do capital constante pelo aumento da taxa de utilização decrescente do valor de uso (por exemplo, o complexo industrial-militar tornou-se elemento estrutural da dinâmica de desvalorização do capital constante); o novo imperialismo com a predação de recursos naturais estratégicos e a abertura de novos mercados impulsionado pela concorrência (obsolescência planejada ou liberalização comercial).

Os movimentos de *deslocamentos de contradições* do capital *não* operam no plano da lei do valor, mas contribuem para a reprodução do capital como sistema de metabolismo social. Por exemplo, a financeirização da riqueza capitalista é um importante movimento de deslocamento de contradições no sentido que opera a crise da forma-mercadoria e oculta a produção do valor pelo “fetiche do capital-dinheiro”. Ao deslocar contradições, o capital não as suprime, mas, pelo contrário, as eleva a um patamar superior. A dominância da fração do capital financeiro realiza contingencialmente, a afirmação do *fetiche da mercadoria* que se origina no interior do próprio desenvolvimento das contradições estruturais da acumulação de valor. Existe uma afinidade orgânica entre capital financeiro e necessidade estrutural de aumento da exploração da força de trabalho (o domínio das finanças explica a adoção do novo produtivismo e as novas estratégias de superexploração do trabalho) (Chesnais, 1995; Sotelo Valencia, 2013; Smith, 2016). O Estado neoliberal, forma política do capital financeiro, opera politicamente, ao mesmo tempo, mecanismos de deslocamentos de contradição e mecanismos contratendências à crise estrutural de lucratividade, promovendo, por exemplo, políticas de precarização salarial e, ao mesmo tempo, políticas de ofertas de crédito e financeirização da vida social (consumo, saúde, educação e previdência social, etc).

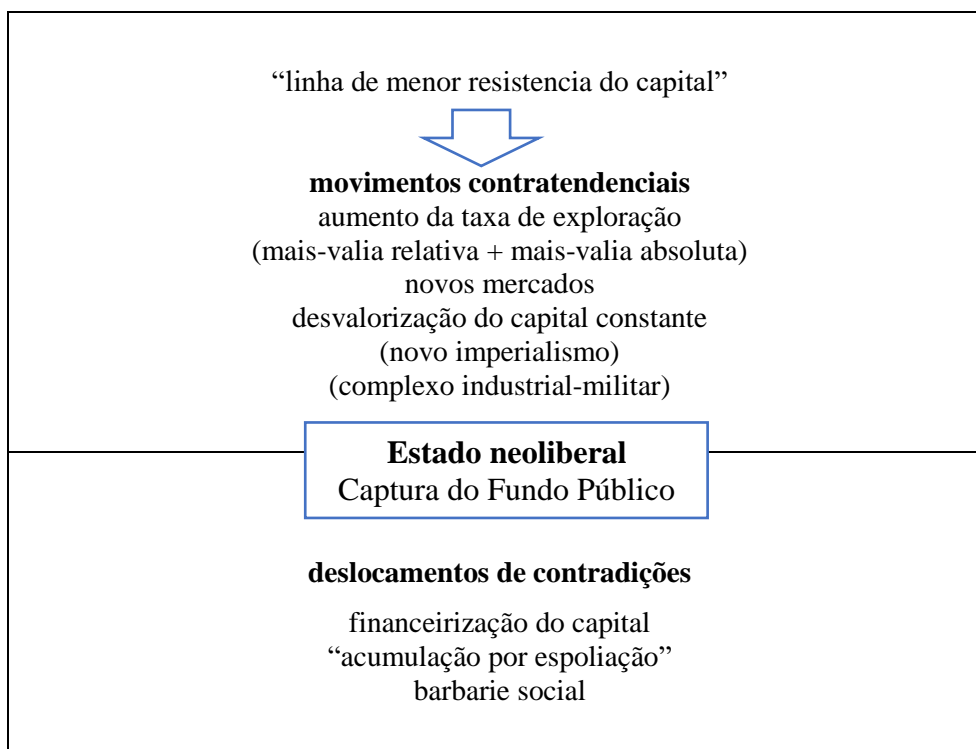
A financeirização da riqueza capitalista *não* constitui um movimento contratendencial à crise estrutural de lucratividade do capital, mas sim, um movimento de deslocamento de contradições operando a “linha de menor resistência” do capital: ela deslocou a luta de classes, no plano político, para a luta contra a fração rentista-parasitária do capital. Ao invés da luta contra o capital produtivo, a *exploração* da força de trabalho e a extração da mais-valia (luta anti-capitalista), ressalta-se a luta contra a espoliação financeira e a corrupção do modo de produção pela ganância rentista-parasitária.

Entretanto, o movimento de deslocamento de contradições do capital não pode ser desprezado pois, representa, no plano da *aparencia* e da *contingência histórica* do sistema do capital, mudanças estruturais na *composição do lucro capitalista*, com a presença cada vez mais decisiva do “lucro fictício” derivado do movimento de fuga do capital-dinheiro acumulado com o aumento da taxa de exploração, para os mercados financeiro. Por isso vários autores colocam o fenômeno da

financeirização do capital como importante elemento para explicar o movimento de crise do capitalismo global (Chesnais, 2002; Gomes, 2015).

Na década de 1980, com o capitalismo neoliberal e a transição para o capitalismo global, a “corrosão” do Estado de Bem-Estar Social operou *movimentos contratendencias* e operações de *deslocamentos de contradições*. Por um lado, o capitalismo neoliberal comprometeu-se com políticas de desvalorização do capital variável diferentes daquelas operadas pelo Estado de Bem-estar Social. Por exemplo, diante da manifestação da crise estrutural de lucratividade em meados da década de 1970, ao invés de ampliar o salário indireto e os elementos de anti-valor (como ocorreu com as políticas do Estado de Bem-Estar Social), o movimento do capital social total operou a captura do *fundo público* e implementou políticas de superexploração do trabalho e desvalorizando efetivamente o capital variável (desemprego em massa, enfraquecimento sindical e formas precárias de trabalho). De fato, o compromisso político-histórico do Estado de Bem-Estar Social tornou-se inadequado para o capital em sua etapa de crise estrutural. Ao mesmo tempo, o capitalismo neoliberal operou mecanismos de deslocamentos de contradições, utilizando a hipertrofia da esfera das finanças para enfrentar a crise estrutural da forma-mercadoria (Kurz, 1991).

Formas de operação do capital
(etapa histórica da crise estrutural do capital)



2. A desmedida do valor

O capitalismo mantém o movimento de crises cíclicas como elemento necessário para o desenvolvimento do modo de produção, mas as crises cíclicas contém, em si e para si, acúmulo de contradições no devir da acumulação do capital que projetam o sistema para um patamar de crise estrutural – não apenas de *lucratividade*, de controle do próprio *metabolismo social* (Mészáros, 2001).

A principal contribuição de Karl Marx foi salientar que o capital em processo é uma contradição viva. Ele carrega em seu seio sua própria negação [*aufhebung*]⁶. Por exemplo, a ânsia de reduzir os *custos de produção* faz o capital ocupar *novos mercados* por conta da crise de superprodução/subconsumo. A concorrência entre os múltiplos capitais faz as empresas reduzirem investimentos em capital variável (v) e aumentarem investimento em capital constante (c), aumentando, deste modo, o *trabalho morto* em detrimento do *trabalho vivo* cuja força de trabalho é a fonte do mais-valor. O aumento da composição orgânica do capital (c/v), expressa o aumento das “forças produtivas da sociedade”.

O principal movimento contradicional à queda da taxa de lucro diante do aumento da composição orgânica do capital, é o aumento da taxa de mais-valia e a desvalorização do capital variável. Entretanto, para que possa operar como mecanismo contratendencial eficaz para reduzir a composição orgânica do capital, a desvalorização do capital variável depende de uma condição *sine qua non*: a desvalorização do capital constante (*capital fixo + capital circulante*) deve ocorrer numa velocidade igual ou maior que a desvalorização do capital variável (*em termos de valor*).

Entretanto, o que presenciamos historicamente no capitalismo tardio, é a dificuldade de desvalorização do capital constante numa velocidade igual ou superior à desvalorização do capital variável. Apesar do crescimento da taxa de exploração e superexploração do trabalho num patamar inédito na história do capitalismo tardio, a composição orgânica do capital continua pressionando para baixo, a taxa média de lucro das corporações industriais.

Na etapa de crise estrutural da lucratividade, o movimento da desvalorização do capital *constante* tornou-se a variável decisiva do movimento contratendencial à queda da taxa média de lucro.

⁶ No discurso no Aniversário de "The People's Paper" proferido em Londres, a 14 de Abril de 1856, Marx disse: “Nos nossos dias, *tudo parece prenhe do seu contrário*. Observamos que maquinaria dotada do maravilhoso poder de encurtar e de fazer frutificar o trabalho humano o leva à fome e a um excesso de trabalho. As novas fontes de riqueza transformam-se, por estranho e misterioso encantamento, em fontes de carência. Os triunfos da arte parecem ser comprados à custa da perda do carácter. Ao mesmo ritmo que a humanidade domina a natureza, o homem parece tornar-se escravo de outros homens ou da sua própria infâmia. Mesmo a luz pura da ciência parece incapaz de brilhar a não ser sobre o fundo escuro da ignorância. Todo o nosso engenho e progresso parecem resultar na dotação das forças materiais com vida intelectual e na redução embrutecedora da vida humana a uma força material. Este antagonismo entre a indústria e a ciência modernas, por um lado, e a miséria e a dissolução modernas, por outro; este antagonismo entre os poderes produtivos e as relações sociais da nossa época é um facto palpável, esmagador, e que não é para ser controvertido. [o grifo é nosso]. (Marx, 1982)

Foi por isso que István Meszáros considerou a taxa de utilização decrescente do valor de uso ou a autoreprodução destrutiva do capital como o movimento crucial do capital na sua etapa de crise estrutural (Mészáros, 2001). Na verdade, a desvalorização do capital constante precisa generalizar-se pelos departamentos de meios de produção e não apenas pelo departamento de bens de consumo - esta tem sido uma das funcionalidade do complexo industrial-militar. Entretanto, a falta da "destruição de capital" impediu a retomada da taxa de lucratividade depois da recessão global de 1973-1975 (Kliman, 2011; Mandel, 1990).

O movimento da desmedida do valor é a hipótese que utilizamos para explicar a *quase-inércia do movimento de desvalorização do capital constante*, um dos mais importantes movimentos contratendenciasiais à queda da lucratividade na etapa histórica do capitalismo global. A eficácia da desvalorização do capital variável como fator contrarrestante à queda da taxa de lucro, depende da velocidade igual ou maior da desvalorização do capital constante.

2.1 O espectro da desmedida do valor

A “desmedida do valor” representa o que Marx descreveu nos *Grundrisse* como sendo (1), por um lado, a redução da base de valorização pelo aumento do trabalho morto em detrimento do trabalho vivo – isto é a “dessubstanciação do capital” (Piqueras, 2018); e (2) por outro lado, a *presença da nova maquinaria de produção social*, representando o capital constante “afetado de negação”. Na medida em que o *processo de valorização torna-se processo tecnológico*, a produção da riqueza efetiva deixa de ter como medida, o *tempo* de trabalho (Fausto, 1989). Deste modo, a base material para a valorização do capital perde sua substancia efetiva de valorização, dificultando a “destruição do capital” como movimento contratendencial à queda da lucratividade. Nossa hipótese é que a desmedida do valor não bloqueia, mas *reduz* a eficácia da desvalorização do capital constante como movimento contratendencial ao aumento da composição orgânica do capital, afirmando assim, o caráter estrutural da crise de lucratividade.

O progresso técnico das revoluções tecnológicas do capitalismo tardio no limiar da Quarta Revolução Industrial caracteriza-se pelo surgimento da *nova maquinaria* (capital fixo) que utiliza como elemento compositivo fundamental (e fundante) da nova laboralidade do capitalismo global, o trabalho imaterial (o trabalho mental) *recalcitrante* à operação do trabalho abstrato medido pelo tempo de trabalho (Gorz, 2003; Lazzarato, 2013) . Com o movimento da desmedida do valor, a “valorização” se liberta do tempo de trabalho, *deixando de ser* a “medida do movimento do valor” (a “valorização” *não será mais* valorização - o valor humano *escapou* do tempo como *medida* do valor econômico).

Nesta longa (e importante) citação dos *Grundrisse*, Marx, ao tratar do capital fixo e o desenvolvimento das forças produtivas da sociedade, discutiu os impasses dialéticos da desvalorização do capital constante e a “implosão” dos parâmetros da valorização do capital:

“Consequentemente, quanto mais desenvolvido o capital, quanto mais trabalho excedente criou, tanto mais extraordinariamente tem de desenvolver a força produtiva do trabalho para valorizar-se em proporção ínfima, i.e., para agregar mais-valor - porque o seu limite continua sendo a proporção entre a fração da jornada que expressa o trabalho necessário e a jornada de trabalho total. O capital pode se mover unicamente no interior dessas fronteiras. Quanto menor é a fração que corresponde ao trabalho necessário, quanto maior o trabalho excedente, tanto menos pode qualquer aumento da força produtiva reduzir sensivelmente o trabalho necessário, uma vez que o denominador cresceu enormemente. A autovalorização do capital devém mais difícil à proporção que ele já está valorizado. *O aumento das forças produtiva deviria indiferente para o capital; inclusive a valorização, porque suas proporções teriam se tornado mínimas; e o capital teria deixado de ser capital. Se o trabalho necessário fosse 1/1000 e a força produtiva triplicasse, o trabalho necessário só cairia 1/3000 ou o trabalho excedente só teria crescido 2/3000. No entanto, isso não ocorre porque cresceu o salário ou a participação do trabalho no produto, mas porque o salário já caiu muito, considerado em relação ao produto do trabalho ou à jornada de trabalho vivo. (O trabalho objetivado no trabalhador manifesta-se aqui como fração de sua própria jornada de trabalho vivo, pois essa fração é a mesma proporção que há entre o trabalho objetivado que o trabalhador recebe do capital como salário e a sua jornada de trabalho inteira)*” [o grifo é nosso] (Marx, 2013).

O capital se move no interior do *continuum* de *tempo da jornada de trabalho*, tendo por um lado, a fração da jornada que expressa o [*tempo de*] *trabalho necessário* e, por outro lado, a fração do *tempo da jornada de trabalho total*. Os dois elementos cruciais para o movimento do capital como “sujeito automático” da auto-valorização do valor são: (1) o *tempo de trabalho socialmente necessário* para a produção de uma mercadoria e o (2) o *tempo da jornada de trabalho*.

A lei da concorrência produz a pulsão do capital para reduzir o tempo de trabalho socialmente necessário. É por meio do desenvolvimento da força produtiva do trabalho por conta de alterações na base técnica (o aumento do capital constante) - a introdução de novas tecnologias de produção (*maquinaria*) e a adoção de novos métodos de organização do trabalho vivo (*gestão*) que intensificam o trabalho – que o capital promove a redução do *tempo de trabalho socialmente necessário*, provocando, deste modo, a *redução da massa de tempo de trabalho* cristalizada nas mercadorias (a *desubstanciação do capital* ou a redução da base material da valorização do valor e a redução do mais-valor por unidade de mercadoria). Ao reduzir-se o tempo de trabalho socialmente necessário, mantendo o *tempo da jornada de trabalho* (ou mesmo estendendo-a pela síntese da mais-valia relativa com a mais-valia absoluta),

amplia-se o *tempo de trabalho excedente* (ou tempo de trabalho não-pago). Apesar da taxa de acumulação crescer historicamente (com o aumento da massa de mais-valia), a taxa de exploração ou taxa de mais-valor não cresce na mesma proporção, ocorrendo a *superprodução de capital*. Diz Marx: “Quanto mais desenvolvido o capital, quanto mais trabalho excedente criou, tanto mais extraordinariamente tem de desenvolver a força produtiva do trabalho [incorporar máquinas na produção – G.A] para valorizar-se em proporção ínfima.”. Ao reduzir a base para valorizar-se, o capital reduz a eficácia do processo de desvalorização do capital constante: “A autovalorização do capital *devém mais difícil* à proporção que ele já está valorizado.” (Marx)

Portanto, de acordo com o Marx dos *Grundrisse*, o desenvolvimento da força produtiva do trabalho pelo aumento do capital constante leva o capital a tornar-se indiferente a si mesmo, tornando-o incapaz de impulsionar a própria auto-valorização: “O aumento das forças produtiva deviria indiferente para o capital; inclusive a valorização, porque suas proporções teriam se tornado mínimas; e o capital teria deixado de ser capital.” (Marx, 2013). A desmedida do valor representa o limite do capital autovalorizado e limite para a própria desvalorização como capital constante. Deste modo, a *indiferença* do processo tecnológico à valorização do valor representaria o outro aspecto provocado pela *desmedida do valor*⁷.

2.2 A contradição viva do capital e o “desaparecimento” do processo de trabalho

O processo de valorização como processo tecnológico provoca mudanças qualitativamente novas na *maquinaria* da produção social. A medida de produção do valor não seria mais regulada pelo tempo de trabalho. Temos a transformação do processo de produção do simples processo de trabalho em um processo científico (o processo de produção do capital, com o capital fixo subsumindo o trabalho vivo, continua o para-si da “negação da negação” do capital como processo de valorização). O processo de trabalho como processo de valorização fica subsumido ao *processo de trabalho como processo científico*. O movimento do capital na sua ânsia de substituir trabalho vivo por trabalho morto, capital variável por capital fixo, faz “desaparecer” o processo de trabalho e o trabalho imediato e sua quantidade como o princípio determinante da produção. Deste modo, o processo de trabalho como processo de valorização se interverte em processo científico – expressão de Marx – ou processo tecnológico na medida em que o processo de produção do capital torna-se processo de tecnologização da ciência aplicada à produção de mercadorias:

⁷ Do mesmo que o capital constante, com a desmedida do valor põe-se a problemática da desvalorização do capital variável, com a presença crescente do componente imaterial do trabalho vivo. Tal como ocorre com o impacto da desmedida do valor no capital constante, reduz a “eficácia” da desvalorização do capital variável.

“Na mesma medida em que o tempo de trabalho – o simples *quantum* de trabalho – é posto pelo capital como único elemento determinante de valor, desaparece o trabalho imediato e sua quantidade como o princípio determinante da produção – a criação de valores de uso –, e é reduzido tanto quantitativamente a uma proporção insignificante, quanto qualitativamente como um momento ainda indispensável, mas subalterno frente ao trabalho científico geral, à aplicação tecnológica das ciências naturais, de um lado, bem como [à] força produtiva geral resultante da articulação social na produção total – que aparece como dom natural do trabalho social (embora seja um produto histórico). *O capital trabalha, assim, pela sua própria dissolução como a forma dominante da produção.*”(Marx, 2013) [o grifo é nosso]

O processo científico de produção de mercadorias é *problemático* para o modo de produção do capital, na medida em que o tempo de trabalho, único elemento determinante de valor, se reduz a uma “proporção insignificante”. Como diz ele, o trabalho é “um momento ainda *indispensável, mas subalterno* frente ao trabalho científico geral, à aplicação tecnológica das ciências naturais, de um lado, bem como [à] força produtiva geral resultante da articulação social na produção total – que aparece como dom natural do trabalho social (embora seja um produto histórico). Na verdade, não se trata de dispensar absolutamente o trabalho vivo, mas torna-lo efetivamente subalterno ao arcabouço tecnológico do capital, produto histórico da força social de produção do capital social total.

Na medida em que o tempo de trabalho, único elemento determinante de valor, “desaparece”, o capital deixa de ser capital ou, noutras palavras, “o capital trabalha, assim, pela sua própria dissolução como a forma dominante da produção” (Marx). Nos *Grundrisse*, Marx está na plenitude da lógica dialética, com a desmedida de valor provocando o “desaparecimento” do tempo de trabalho como *quantum* ou *medida* da riqueza. O movimento dialético do ser do capital, que existe somente no devir, conduz da *qualidade* à *quantidade* e, logo após, à *medida* que, na lógica hegeliana, é “a verdade da qualidade e da quantidade, unidade na qual toda mudança quantitativa indica simultaneamente uma mudança qualitativa” (Hegel, 1995). Dialeticamente, *o capital ao deixar de ser capital* (no sentido do capital como processo de valorização do valor propriamente dito), *reduz a eficácia histórica dos movimentos contratendências à queda da lucratividade*, com destaque para a desvalorização do capital constante (mesmo sendo indiferente a si, o desenvolvimento das forças produtivas do capital prossegue irremediavelmente como uma pulsão obsessiva do capital, a contradição em processo, opondo o processo tecnológico à totalidade viva do trabalho).

Portanto, no plano material, ocorreram mudanças qualitativas no movimento da essência do capital que fazem com que a *indiferença da medida* chegue ao seu limite – “e, por sua transgressão através de um mais ou um menos suplementar, as coisas deixem de ser o que eram.” (Hegel, 1995). A lógica da dialética hegeliana expõe o “para além do capital” no plano lógico-ontológico da essência

do ser: “Essa determinação-progressiva é, a um tempo, um pôr-para-fora [*Heraussetzen*] e portanto um desdobrar-se do conceito em si essente; e, ao mesmo tempo, o adentrar-se em si [*Insichgehen*] do ser, um aprofundar-se do ser em si mesmo.” (Hegel, 1995).

O movimento do capital-que-deixa-de-ser-capital no plano da inadequação do conteúdo material ou, noutras palavras, o movimento do capital que trabalha pela sua própria dissolução como a forma dominante da produção, é o movimento do capital no interior do seu duplo negativo: crise estrutural de lucratividade e desmedida do valor. Trata-se da “negação” do capitalismo no interior do capitalismo, como capitalismo “negado” (Fausto, 1987).

Considerações Finais

As reflexões elaboradas neste pequeno ensaio sobre o duplo negativo do capital se utilizam de dois entendimentos de Marx sobre o movimento do capital: (1) o entendimento exposto no *O Capital: Crítica da Economia Política* (1867); e depois, o (2) entendimento preparatório exposto nos *Grundrisse* (1857-1858). Existem diferenças entre eles. A contradição do capital que se assinala com a desmedida do valor *não* é a que se analisa em *O Capital*; ou, se se quiser, não é considerada no mesmo grau, e por isso muda de caráter. Diz Ruy Fausto: “Em *O Capital*, a contradição consiste em que o desenvolvimento do sistema (desenvolvimento que só pode se fazer pela substituição crescente da força de trabalho pela maquinaria), ao aumentar a composição orgânica, tem como resultado [...] (e supostas certas condições), a queda da taxa de lucro. O sistema iria à ruína, porque a sua finalidade é acumular mais-valia, e se a taxa de lucro for muito baixa cai o estímulo (objetivo e subjetivo) para que a acumulação prossiga”. Entretanto, prossegue ele, “os *Grundrisse* nos põem diante do mesmo movimento, só que eles consideram, não os efeitos formais imediatos de uma mecanização crescente, mas os efeitos materiais anunciando revoluções formais, de uma mecanização que deu origem a uma transfiguração da relação da ciência para com a produção. Estamos, assim, diante de uma verdadeira transformação - como vimos, o termo se encontra no texto - do processo produtivo, de uma mutação tecnológica, e os efeitos formais considerados não atingem apenas o nível, que é afinal, fenomênico, da taxa de lucro, mas os ‘fundamentos’ do sistema. A mutação tecnológica não produz contradições internas no sistema, ela provoca a explosão de suas bases. O resultado é a relação do que é a ‘verdadeira riqueza’.” (Fausto, 1989).

O capitalismo global é a nova etapa do capitalismo tardio em que o movimento das leis tendenciais da acumulação de capital opera no interior da “negação” (ou *suprassunção*) de sua determinação-progressiva (o tempo de trabalho como único elemento determinante de valor). *Na medida em se põe a desmedida do valor, altera-se o movimento das contratendências capazes de*

operar sobre a pressão pela queda da taxa de lucratividade. Não se trata da supressão do movimento contratendencial, mas sim, altera-se sua eficácia relativa no plano da forma, levando, deste modo, à afirmação da crise estrutural de lucratividade.

A desmedida do valor, o movimento do capital “negado” significa, por um lado, (1) um “pôr-para-fora” – diria Hegel: “um desdobra-se do conceito em si essente” (Hegel, 1999), ou seja, um desdobrar-se do capital em seus elementos essenciais mesmo que opere no plano do “capital que deixou de ser capital”. Apesar da desmedida de valor, o aumento da composição orgânica do capital (em valor) põe para fora movimentos contratendenciais históricos à queda da taxa média de lucros.

A “desparametrização” do conceito do capital em si, com seus elementos essenciais, medidos em termos de valor (por exemplo, composição orgânica do capital, jornada de trabalho, salário, etc), *não* significa sua invalidação ontológica na determinação do devir da forma do ser do capital. Pelo contrário, o “passar para outra” do capital mantém operando, sob a forma *exótica*, o conceito em si essente do capital (isto é, o capital em seus elementos essenciais). Por exemplo, a financeirização da riqueza capitalista que caracteriza o capitalismo global, é a forma exótica que *desloca as contradições* do sistema diante da crise estrutural de lucratividade (o “pôr-para-fora” representa o ex-otismo do capitalismo global).

Por outro lado, (2) o movimento do capital “negado” significa o “adentrar-se em si” do ser” – ou como diria Hegel, “um aprofundar-se do ser em si mesmo” (Hegel, 1999), ou seja, o capital em sua etapa de crise estrutural, não é apenas ex-ótico, mas *autocentrado em si mesmo* como movimento de valorização do valor – hoje, “negado” – mas posto-para-fora como capital fictício. Portanto, a dominância do capital especulativo-parasitário é a forma histórica do capital “aprofundado em si mesmo”, explicitando na totalidade de ser suas determinações estranhadas.

Referências bibliográficas

ALVES, Giovanni. *O duplo negativo do capital: Uma interpretação da crise do capitalismo global*, Bauru, Editora Praxis, 2018.

BRENNER, Robert. *O Boom e a Bolha: Os Estados Unidos na Economia Mundial*, Rio de Janeiro, Editora Record, 2003.

CHESNAIS, François. *A Mundialização do Capital*, São Paulo, Xamã, 1996.

CARCHEDI, Guglielmo. *Behind the Crisis: Marx Dialectics of Value and Knowledge*, Haymarket Books, 2011.

DUMÉNIL, Gérard e LÉVY, Dominique. *A Crise do Neoliberalismo*. São Paulo, Boitempo editorial, 2014.

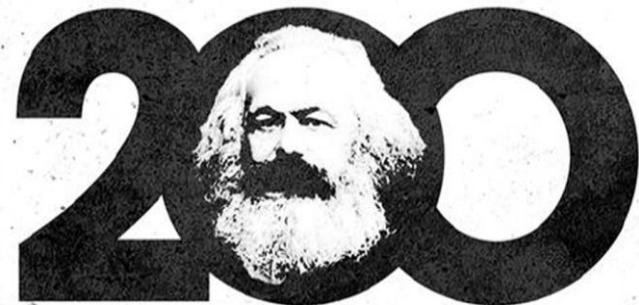
FAUSTO, Ruy. *Marx: Lógica & Política: Investigações para uma Reconstituição do Sentido da Dialética*, Tomo II. São Paulo, Brasiliense, 1987

_____. “A Pós-Grande Indústria nos *Grundrisse* (e para Além Deles)” In: *Revista Lua Nova*, Novembro de 1989, No. 19, São Paulo, CEDEC.

- GORZ, André. *Misérias do Presente, Riqueza do Possível*. São Paulo, Annablume, 2004.
- _____. *O imaterial: Conhecimento, valor e capital*. São Paulo, Annablume, 2012
- HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna: Uma Pesquisa sobre a Origem da Mudança Cultural*, São Paulo, Edições Loyola, 1992
- MARX, Karl. *O Capital: Crítica da Economia Política*, Livro I, Coleção Os Economistas, São Paulo, Editora Nova Cultural, 1996.
- _____. *O Capital: Crítica da Economia Política*, Livro III, São Paulo, Boitempo editorial, 2017.
- _____. *Grundrisse: Manuscritos econômicos de 1857-1858*, São Paulo, Boitempo editorial/Editora UFRJ, 2011.
- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich, *Manifesto Comunista*, São Paulo, Boitempo editorial, 1998.
- MÉSZÁROS, István. *Para Além do Capital: Rumo a uma Teoria da Transição*, São Paulo, Boitempo Editorial, 2011.
- MANDEL, Ernest. *A Crise do Capital: Os fatos e sua Interpretação Marxista*. São Paulo, Editora da Unicamp/Editora Ensaio, 1990.
- MONTORO, Xabier Arrizabalo. *Capitalismo y Economía Mundial: Bases Teóricas y Análisis Empírico para la Comprensión de los Problemas Económicos del Siglo XXI*, Madri, IME, 2016
- O'CONNOR, James. *USA: A Crise do Estado Capitalista*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977
- KLIMAN, Andrew. *The Failure of Capitalist Production: Underlying Causes of the Great Recession*. New York, Pluto Press, 2012.
- ROBERTS, Michael. *The Long Depression: How it Happened, Why it Happened and What Happens Next*, Chicago, Haymarkets Books, 2016.
- SHAIK, Anwar. *Capitalism: Competition, Conflict, Crises*. New York, Oxford University Press, 2016.
- _____. *Valor, Acumulación y Crisis: Ensayos de Economía Política*, Buenos Aires, Ediciones RyR, 2006.

**Pensar con
Marx hoy**

CONGRESO



ANIVERSARIO

2-6 OCTUBRE. MADRID

EL DOBLE NEGATIVO DEL CAPITAL

Una lectura de Marx en el siglo
XXI

CAPITULO 1

**LA CRISIS DEL CAPITALISMO TARDÍO
-LA RECESIÓN GLOBAL DE 1973-1975**

CAPÍTULO 2

**NEOLIBERALISMO Y CAPITALISMO GLOBAL
(1980-1991)**

CAPITULO 3

**CAPITALISMO GLOBAL: ASCENSIÓN Y CRISIS
(1996-2007)**

CAPITULO 4

**LA CRISIS ESTRUCTURAL DEL CAPITAL
- LA CONTRIBUCIÓN DE ISTVAN MESZAROS**

CAPÍTULO 5

**EL DOBLE NEGATIVO DEL CAPITAL
NOTAS TEORICAS SOBRE LA NUEVA CRISIS DEL CAPITALISMO
TARDÍO**



7 TESIS PARA PENSAR CON MARX



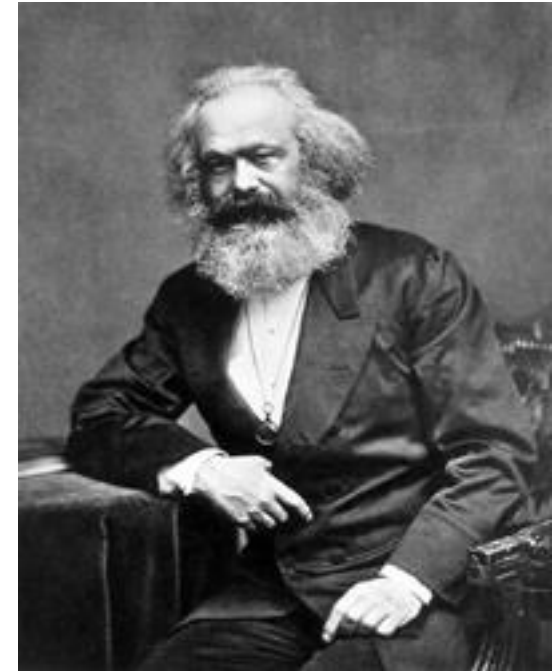
TESIS 1

LA LEY DE LA CAÍDA DE LA TASA DE GANANCIA ES LA LEY MÁS IMPORTANTE PARA LA CRÍTICA DE LA ECONOMÍA POLÍTICA

"Desde el punto de vista histórico, **[la ley de la caída de la tasa de ganancia]** es la ley más importante de la economía política moderna y la más esencial para comprender las relaciones más complicadas. A partir de cierto momento, **el desenvolvimiento de las fuerzas productivas se vuelve un obstáculo para el capital; por tanto, la relación del capital se torna en una barrera para el desarrollo de las fuerzas productivas del trabajo.** El capital, es decir, el trabajo asalariado, llegado a este punto entra en la misma relación con el desarrollo de la riqueza social y de las fuerzas productivas que el sistema corporativo la servidumbre de la gleba y la esclavitud, y, en su calidad de traba, se la elimina necesariamente ...Las condiciones materiales y espirituales para la negación del trabajo asalariado y del capital, las cuales son ya la negación de formas precedentes de la producción social que no es libre, son a su vez resultados del proceso de producción característico del capital. *En agudas contradicciones, crisis, convulsiones, se expresa la creciente inadecuación del desarrollo productivo de la sociedad a sus relaciones de producción hasta hoy vigentes.* La violenta aniquilación de capital, no por circunstancias ajenas al mismo, sino como condición de su autoconservación, es la forma más contundente en que se le da el consejo de que se vaya y deje lugar a un estadio superior de producción social..."

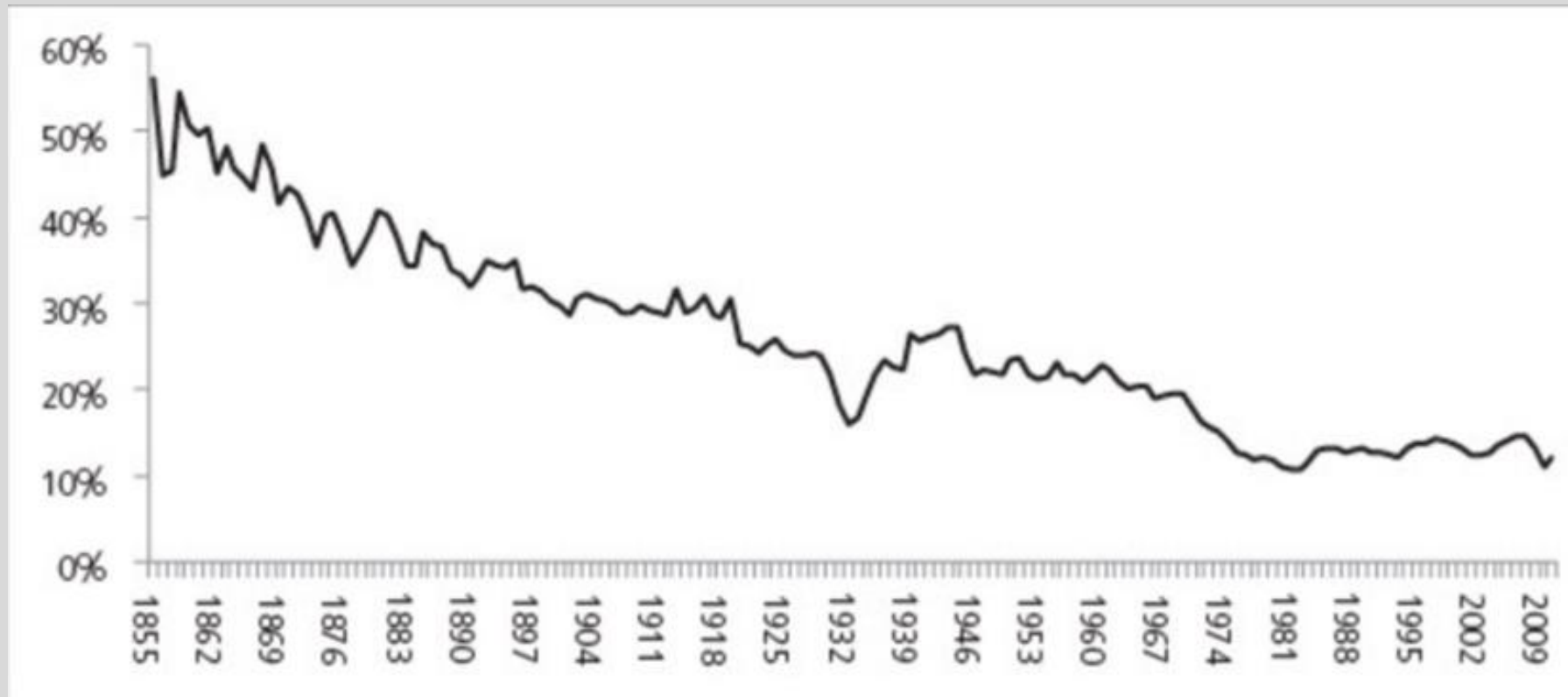
KARL MARX

Elementos Fundamentales para la Crítica de la Economía Política(*Grundrisse*) 1857/1858, Ed. Siglo XXI - México /1977, Pp. 635/636 [Subrayado nuestro]



TAXA DE LUCRO NAS ECONOMIAS CAPITALISTAS CENTRAIS

(1855-2009)



Fonte: E. Maito Apud ROBERTS, Michael. "The Long Depression" (2016)

TESIS 2

El **progreso técnico o el desarrollo de las fuerzas productivas** (*mecanización, automatización y robotización* de los procesos productivos) es necesariamente "ahorrador de fuerza del trabajo", de forma que habrá una gradual sustitución de *fuerza del trabajo* [trabajo vivo] por *capital* [trabajo muerto], generando así una **elevación histórica persistente de la composición orgánica del capital** y, por consiguiente, una **tendencia histórica de caída de la tasa de ganancia**.

COMPOSICIÓN ORGÁNICA DEL CAPITAL Y TASA DE GANANCIA

Sea **c** el valor de la maquinaria, materias primas y etc. (capital fijo y capital circulante)(medidos en el número de horas de trabajo socialmente necesarias para la su producción).

Sea **v** el valor de la fuerza de trabajo, calculado en términos del número de horas de trabajo socialmente necesarias para la reproducción de la fuerza de trabajo.

Sea **s** el exceso de valor que la fuerza de trabajo produce, es decir, la plusvalía.

Tenemos: **valor = c + v + s**

Sea **(c/v)** la llamada **composición orgánica del capital**.

Sea **(s/v)** la **tasa de plusvalía**.

Sea **(s/v + c)** la **tasa de ganancia**.

Tenemos que la tasa de ganancia = $(s/v)/[(c/v) + (v/v)] = (s/v)/[1 + (c/v)]$

$$COC = \frac{c}{v}$$

La composición orgánica del capital es la síntesis de la **composición de valor** del capital (proporción entre capital constante y capital variable) y la **composición técnica** del capital (proporción entre medios de producción y fuerza de trabajo) en tanto la primera refleja los cambios que experimenta la segunda.

TESIS 3

La *ley de la caída de la tasa media de ganancia* es una **ley histórica** operando con **movimientos de TENDENCIAS/CONTRATENDENCIAS**.

Los **MOVIMIENTOS CONTRATENDENCIALES** a la caída de la tasa de ganancia es **el aumento de la tasa de explotación de la fuerza de trabajo** (la nueva productividad del trabajo a la "fusión" entre plusvalía relativa y plusvalía absoluta) y **la sobreexplotación del trabajo** (la estrategia de pago de los salarios por debajo del valor de la fuerza de trabajo y la expropiación del fondo de consumo / fondo de vida).



Pero podemos subrayar también **la devaluación del capital constante** (las caídas en el valor de los elementos constitutivos del capital constante) con el aumento de la tasa de utilización decreciente del valor de uso (por ejemplo, el *complejo industrial-militar* se ha convertido en elemento estructural de la dinámica de devaluación del capital constante); el **nuevo imperialismo con la predación de recursos naturales estratégicos y la apertura de nuevos mercados impulsados por la competencia** (obsolescencia planificada o liberalización comercial).

TESIS 4

El *principal* movimiento contra-tendencial a la caída de la tasa de ganancia ante el aumento de la composición orgánica del capital, es **EL AUMENTO DE LA TASA DE PLUSVALÍA Y LA DEVALUACIÓN DEL CAPITAL VARIABLE**.

Sin embargo, a pesar del crecimiento de la tasa de explotación y sobreexplotación del trabajo en el capitalismo global, la composición orgánica del capital *continúa presionando hacia abajo*, la tasa de ganancia.

Por lo tanto, para que pueda operar como mecanismo contra-tendencial *eficaz*, la **devaluación del capital variable** no es suficiente por sí mismo, mas depende da VELOCIDADE DE **DEVALUACIÓN DEL CAPITAL CONSTANTE** que debe ocurrir a una *velocidad igual o mayor que la devaluación del capital variable* (en términos de valor).



TESIS 5

Explicamos las dificultades de **devaluación del capital constante** por el proceso de **DES-SUBSTANCIACIÓN DEL CAPITAL** Y POR LA **DESMEDIDA DEL VALOR** - ambos procesos son provocados por el "salto mortal" de la **productividad del trabajo** en el capitalismo tardío.

LA DES-SUBSTANCIACIÓN DEL CAPITAL

La **DES-SUBSTANCIACIÓN DEL CAPITAL** es la reducción del *tiempo de trabajo socialmente necesario* para producir las mercancías.

Al reducir el *tiempo de trabajo socialmente necesario*, manteniendo el tiempo de la jornada de trabajo (o incluso extendiéndola por la *síntesis* de la plusvalía relativa con la plusvalía absoluta), se amplía el tiempo de *trabajo excedente* (trabajo no pago). Aunque la *tasa de acumulación* crezca históricamente (con el aumento de la masa de plusvalía), la tasa de explotación o tasa de plusvalía **no** crece en la misma proporción, ocurriendo de este modo, la **sobreproducción de capital**.

Dice Marx: "*Cuanto más desarrollado el capital, cuanto más trabajo excedente creó, tanto más extraordinariamente tiene que desarrollar la fuerza productiva del trabajo [incorporar máquinas en la producción - G.A] para valorarse en proporción ínfima.*" Por lo tanto, cada vez se necesita más **capital constante** para generar valor en escala decreciente del cada vez menor *tiempo de trabajo necesario* que va quedando

LA DESMEDIDA DEL VALOR

Con el desarrollo de la fuerza productiva del trabajo (la introducción de nuevas tecnologías de producción y la adopción de nuevos métodos de organización y gestión del trabajo vivo o gestión que intensifican el trabajo), el **trabajo humano abstracto** propio de la relación salarial capitalista *va perdiendo relevancia* para la producción de valor.

La **desmedida del valor** ocurre cuando el *proceso de valorización* se convierte en *proceso tecnológico* y LA PRODUCCIÓN DE RIQUEZA EFECTIVA DEJA DE TENER COMO MEDIDA EL TIEMPO DE TRABAJO. De este modo, la base material para la valorización del capital *pierde su* sustancia efectiva de valorización. Como dijo Marx, *“la autovalorización del capital se vuelve cada vez más difícil a la proporción que él ya está valorado”*. Y más: *“El aumento de las fuerzas productivas se vuelve indiferente para el capital; incluso la valorización, porque sus proporciones habrían llegado a ser mínimas; y el capital habría dejado de ser capital.”*(Marx).

EL LIMITE DEL CAPITAL AUTOVALORIZADO

La **des-substanciación del capital/desmedida del valor** representa el límite del capital autovalorizado - y **límite para la propia devaluación como capital constante**



TESIS 6

Al *amortiguar* los *movimientos contra-tendenciales* de la *caída de la tasa de ganancia*, el capital como “*contradicción viva*” [**la desmedida de valor/des-substanciación del capital**], afirma el **CARÁCTER ESTRUCTURAL** de la **crisis de tasa de beneficio del capital** y la **crisis estructural del capital** como modo de control *enajenado* del metabolismo social.



TESIS 7

El movimiento de la **desmedida del valor/des-sustanciación del capital**:

(1) Representa que existe hoy UNA MENGUANTE MASA DE TRABAJO POR UNIDAD DE CAPITAL y la reducción del valor por unidad de mercancía;

(2) Significa cambios orgánicos en el PROCESO DE TRABAJO COMO PROCESO DE VALORIZACIÓN, ampliando, de modo paradójico, en el proceso de producción del capital, la presencia del componente “inmaterial” (el conocimiento) o mejor, el *trabajo mental*. La transformación del **proceso de trabajo en proceso tecnológico** (Marx) o la nueva *materialidad de la producción de valor*, es *recalcitrante a la lógica* do trabajo abstracto – como forma social, se mantiene firme en la relación-capital (de poder), a pesar de ser **inadecuado** como forma material, a la medida de la riqueza por el tiempo de trabajo];

(3) Manifiesta el ESPECTRO DE LA NEGACIÓN DEL VALOR ECONÓMICO como medida de riqueza, la emergencia del nuevo operador del proceso tecnológico del capital “afectado por la negación”, o la nueva subjetividad del trabajo vivo, con la exposición de la validez del *valor humano* como una promesa no realizada de capital.

CUESTIONES METODOLÓGICAS

La problemática del **valor y su movimiento de contradicción viva** no puede ser aprehendida empíricamente por las categorías estadística y empíricas da ciencia económica, sino por una **nueva epistemología lógico-dialéctica, historico-materialista** capaz de aprehender el movimiento del **valor como contradicción en proceso/contradicción viva** en el sentido de que, al desarrollarse, constituye los fundamentos de su propia *negación [aufhebung]*, que, sin embargo, sólo ocurre *efectivamente* como proceso histórico y social por la acción del sujeto humano.

Mientras que la negación objetiva del valor (como relación social) se plantea sólo como *posibilidad efectiva* - y no como *realidad histórico-concreta* - el **valor estará "afectado de negación"** (de acuerdo con la sintaxis dialéctica de la *lógica paraconsistente* del valor, el valor en el límite de la autovalorización **es, pero no es más**), manifestando como *espectro*, las posibilidades utópicas (la "utopía concreta"- Ernst Bloch) de la emancipación humana.

CUESTIONES METODOLÓGICAS

Mientras esté "afectado de negación", el **valor como *sustancia del capital***, manifestará el movimiento doblemente contradictorio de ***expansión y colapso***.

En su *proceso de expansión-colapso*, el valor asume ***formas derivadas (ficticias)***, que se incorporan en las más variadas instancias de la vida social - incluso aquellas instancias vitales de la existencia humana- y en las formas de trabajo "improductivas" exteriores a la producción del capital, impregnando-las con determinaciones del *trabajo abstracto* (el trabajo que produce valor).

Al mismo tiempo, la *expansión/colapso de la forma-valor* abre un campo histórico de **luchas sociales y luchas de clase** (producción y reproducción social) que deben determinar la dirección histórica de la humanidad.

PROF. DR. GIOVANNI ALVES (UNESP-BRASIL)



www.giovannialves.org

www.estudosdotrabalho.org

Apoio

